



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 792/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 11511/2016.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Benjamin Constant.

4- Exercício: 2015.

5- Responsável: Sr. Luis Carlos Lopes Garcia, Presidente - FMPS, à época.

6- Unidade Técnica: DICERP – Relatório Conclusivo nº 007/2016 (fls. 1735/1746).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 4855/2016-MPC-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 1747/1748).

8- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Benjamin Constant. Exercício de 2015.

Contas Irregulares. Multa. Prazo. Determinações. Encaminhamento dos autos ao Ministério Público.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar irregular a Prestação de Contas Anual do Fundo Municipal de Previdência Social de Benjamin Constant, referente ao exercício financeiro de 2015, de responsabilidade do Sr. **Luis Carlos Lopes Garcia**, Presidente do FMPS- Benjamin Constant, conforme o art. 54, inciso II, c/c art. 25 da Lei nº 2.423/96, em decorrência das restrições sobreditas e não sanadas desta instrução. Face a ausência contabilização fatos contábeis relevantes que impliquem na inconsistência dos demonstrativos contábeis (arts. 83 a 106 da Lei 4.320/64 ou 6.404/76);

9.2- Aplicar multa ao Sr. **Luis Carlos Lopes Garcia**, Diretor Presidente do FMPS- Benjamin Constant, exercício 2015, com fulcro no artigo 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c artigo 308, VI da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, no valor de **R\$ 8.800,00**; em face do disposto nos itens 18/19/ 20; 21, do Relatório/Voto;

9.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento das multas aos cofres da Fazenda Estadual, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art.72, III da Lei nº 2423/96 c/c o art. 169, I do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução nº 04/2002), autorizando a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi o art.173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 792/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.4- Realizar as seguintes determinações:

9.4.1- determinar que a origem promova a contabilização do Passivo Oculto nos demonstrativos contábeis em atenção art. 83 a 106 da Lei 4.320/64 apontado no Relatório da Auditoria da Previdência Social de n. 086/2013;

9.4.2- determinar que a origem promova o registro individualizado de contribuição de forma a atender art. 1º, da Lei nº 9.717/98; art. 18 da Portaria MPS nº 402/08 e arts. 12 a 15 da Portaria MPS n. 403/08 c/c art. 9º da Lei Federal n. 9.717/98;

9.4.3- determinar que a origem observe com rigor nos demonstrativos contábeis a escrituração da depreciação/amortização, conforme estabelecido na NBC T 16.9 e não evidenciado nas peças contábeis confeccionadas e apresentadas a esse Tribunal.

9.5- Encaminhar os presentes autos ao Ministério Público Estadual para as devidas providências, em face dos indícios de improbidade administrativa.

11- Ata: 33ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 20 de Setembro de 2016.

13-Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

14-Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral